



Os perigos de um Estado marxista

Michael Bakunin

Para o Estado é natural destruir a solidariedade da espécie humana e dessa forma negar a humanidade. O Estado só consegue manter-se forte e íntegro surgindo para seus próprios cidadãos (ou, usando uma linguagem mais brutal, para os seus súditos) como o fim supremo e absoluto. Isto leva inevitavelmente, ao aparecimento de uma moral e de razões de Estado, a um rompimento com a moral e a razão humanas em suas manifestações universais. O conceito de moral política do Estado é muito simples: sendo o Estado o objetivo supremo, tudo o que possa contribuir para o aumento dos seus poderes é bom e tudo que se opuser a este objetivo, mesmo que seja a melhor das causas, é mau. A isto se dá o nome de Patriotismo. A Internacional é a negação do patriotismo e, conseqüentemente, é a negação do Estado. Segue-se que, se Marx e seus amigos do Partido Democrático Alemão conseguissem introduzir o conceito de Estado em nosso programa, acabariam com a Internacional.

Para manter-se o Estado deve ser necessariamente poderoso externamente mas, se é assim em suas relações com o mundo, certamente também deverá sê-lo no plano interno. Todo o Estado deve ser inspirado e orientado por uma moral especial, adaptada às condições particulares de sua existência, uma moral que é a negação de toda a ética humana e universal. E o Estado deve assegurar-se de que todos os seus súditos são inspirados – em pensamentos e, sobretudo, em atos – apenas pelos princípios dessa moral patriótica e particular, permanecendo surdos aos ensinamentos da moral puramente humana ou universal. Dai a necessidade da criação de uma censura oficial, já que demasiada liberdade de pensamento e opinião – como acredita Marx com boas razões, se aceitarmos seu ponto de vista eminentemente político – é incompatível com a concordância unânime às exigências da segurança do Estado. Que esta é realmente a opinião de Marx fica suficientemente provado pelas tentativas que fez de introduzir – sob pretextos plausíveis – uma forma velada de censura na Internacional. Entretanto, por mais vigilante que possa ser a censura, e mesmo quando o governo toma a seu cargo toda a educação e a instrução do povo, como deseja Mazzini e como Marx também quer, o Estado jamais pode estar seguro de que pensamentos proibidos e perigosos não se insinuaram, como perigoso contrabando, na consciência dos indivíduos que governa. O fruto do demônio é tão atraente para os homens e o demônio da revolta – essa eterna

inimiga do Estado – pode ser tão facilmente despertado nos seus corações quando estes não foram suficientemente embrutecidos, que nem a educação, nem mesmo a censura podem garantir efetivamente a tranquilidade do Estado. Ele necessita de uma polícia integrada por agentes dedicados, encarregados de supervisionar e dirigir, discretamente e em segredo, as opiniões e paixões populares. Já vimos que o próprio Marx está tão convencido desta necessidade que julgou necessário infiltrar seus agentes secretos em todas as regiões da Internacional, sobretudo na Itália, na França e na Espanha. Entretanto, por mais perfeita que possa ser, do ponto de vista da segurança do Estado, a organização de ensino do povo, da polícia e dos serviços de censura, o Estado nunca pode estar totalmente seguro de sua sobrevivência, a menos que disponha de forças armadas para defendê-lo dos inimigos internos.

O Estado é um sistema de governo de cima para baixo em que uma minoria comanda uma imensa massa de homens das mais variadas classes sociais, ocupações, interesses e aspirações.

A minoria dominante, mesmo que tivesse sido eleita um milhão de vezes por sufrágio universal e tivesse todos os seus atos supervisionados por instituições populares, ainda assim não poderia de forma alguma – a menos que fosse dotada de onisciência, onipresença e onipotência que os teólogos atribuem a Deus – entender e antecipar as necessidades ou satisfazer com igual justiça os interesses legítimos e imediatos de todos. Sempre haverá descontentes porque sempre haverá aqueles que são sacrificados.

Seja como for, tal como a Igreja, o Estado é, por sua própria natureza, um grande sacrificador de homens. Ele próprio é um ser arbitrário, que centraliza todos os interesses positivos, vivos e individuais do povo, que lutam e se destroem uns aos outros para que sejam absorvidos por essa abstração que se chama Interesse Comum, o bem público, a segurança pública; e onde todas as vontades individuais se anulam umas as outras formando aquela outra abstração que é chamada de “vontade popular”. Na verdade, essa assim chamada “vontade popular” não é outra coisa senão o sacrifício e a negação de todas as verdadeiras aspirações individuais. Da mesma forma que o assim chamado “bem comum” é simplesmente o sacrifício dos interesses individuais. Mas para que tal abstração onívora possa ser imposta a milhões de homens, ela deve ser representada e apoiada por um ser real, por uma força viva. E este ser, essa força sempre foi representada na Igreja pelo clero e no Estado, pela classe dominante. Entretanto, no Estado popular do Sr. Marx, segundo nos dizem, não haverá nenhuma classe privilegiada. Todas serão iguais, não apenas sob o ponto de vista jurídico e político mas quanto ao ponto de vista econômico. Pelo menos essa é a promessa que nos fazem, embora eu duvide que ela venha a ser cumprida. Talvez já não haja mais uma classe privilegiada como tal, mas haverá um governo e, deixem-me enfatizá-lo, um governo extremamente complexo, que não se contentará em governar e conduzir as massas politicamente, como fazem agora todos os governos, mas passará a orientá-las também economicamente, concentrando em suas mãos a produção e a “justa divisão da riqueza, da agricultura, da criação e desenvolvimento das

fabricas, a organização e exploração do comércio e, sobretudo, a aplicação do capital para a produção, que será feita por um único banqueiro – o Estado”. Tudo isso tornará necessário’ um imenso desenvolvimento da ciência e a presença no governo de muitas “cabeças pensantes”. Será o reinado da “inteligência científica”, o mais aristocrático, despótico, arrogante e desdenhoso de todos os regimes. Haverá uma nova classe, uma nova hierarquia de verdadeiros e pretensos sábios e o mundo ficará dividido entre uma minoria que governará em nome da ciência e uma enorme maioria ignorante. Então essa massa ignorante que tome cuidado!

Um tal regime não poderá deixar de despertar um formidável descontentamento entre as massas e para contê-las, o esclarecido e liberado governo do Sr. Marx precisará de um exército não menos formidável. Pois, como diz o Sr. Engels, o governo precisa ser forte para manter a ordem entre os milhões de ignorantes cujo levante brutal seria capaz de destruir e derrubar qualquer coisa, até mesmo um governo dirigido por “cabeças pensantes” Podemos ver como sob todas as frases democráticas e socialistas do programa do Sr. Marx sobreviveriam no estado por ele criado as características cruéis e despóticas de todos os Estados, seja qual for a forma de governo de que se utilizam e que, em última análise, o Estado do Povo tão entusiasticamente recomendado pelo Sr. Marx e o Estado aristocrático-monárquico mantido com tanta habilidade e poder pelo Sr. Bismarck são completamente idênticos tanto nas suas metas internas, quanto nas externas.

Do ponto de vista externo, há a mesma exibição de poder militar, que significa conquista e, internamente, o mesmo emprego de forças armadas, último argumento de todos os poderes políticos ameaçados contra as massas, que cansadas de sempre acreditar, esperar, aceitar e obedecer, levantam-se em revolta.